

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.294 - SP (2019/0308835-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE** : **FLAVIO BOSCOLO RODRIGUES PRATA**  
**ADVOGADOS** : **ELISEU MINICHILLO DE ARAÚJO - SP103048**  
ANA PAULA MINICHILLO DA SILVA ARAUJO - SP246610  
ALINE PRATA FONSECA - SP236701  
**RECORRIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por FLAVIO BOSCOLO RODRIGUES PRATA, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO (fls. 152-155).

Consta dos autos que o recorrente foi preso em flagrante no dia 31/3/2019 pela prática do delito do art. 302, § 3º, do CTB, cuja custódia foi convertida em preventiva na mesma data.

Impetrado *mandamus* na origem, o Tribunal local concedeu parcialmente a ordem para substituir a prisão preventiva por medidas cautelares diversas.

Daí o presente recurso, em que a defesa sustenta, em síntese, que inexistente fundamentação concreta para a fixação das medidas cautelares substitutivas da prisão, considerando-as desproporcionais em relação ao fato delituoso apurado.

Requer, pois, o provimento do recurso para que se imponha ao recorrente apenas a medida cautelar de proibição de dirigir.

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo improvimento do recurso (fls. 199-204).

É o relatório.

**DECIDO.**

Pretende o recorrente o afastamento das medidas cautelares impostas, remanescendo apenas a de proibição de dirigir veículo automotor.

O Tribunal de origem substitui a custódia preventiva do recorrente por medidas cautelares diversas, com base nos seguintes fundamentos (fls. 153-155):

Consoante informes do d. juízo impetrado e consulta ao 'site' deste E. Tribunal, preso, o réu, em flagrante delito, tal custódia foi convertida em prisão preventiva; indeferido, ao depois, o pedido de liberdade provisória formulado.

Outrossim, houve oferecimento de denúncia, pela prática, em tese, do crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor qualificado por estar o condutor sob a influência de álcool.

Colhe-se dos autos que o paciente, embriagado, conduzia um veículo, quando invadiu a contramão da via pública e colidiu, frontalmente, com uma motocicleta. Em razão da colisão, o condutor e o garupa sofreram diversas lesões, as quais os levaram a óbito.

Embora extremamente reprovável a conduta do paciente, não se vê motivos para sua manutenção no cárcere, preservado o entendimento do douto magistrado.

**É que, tem, ele, a seu favor, a primariedade, em não ostentando sequer antecedentes; a prisão preventiva mostra-se medida desarrazoada, cabendo a aplicação de medidas cautelares alternativas em substituição à custódia cautelar.**

**Malgrado sejam as condições favoráveis ao paciente, não se olvide que extremamente grave a conduta em foco, quer porque sujeito o agente a pena superior a quatro anos, quer porque vem provocando incessante desassossego à sociedade, quer porque cometida com violência contra a pessoa, em que, em primeira análise, o indigitado, embriagado, conduziu um veículo e ceifou a vida de duas vítimas.**

**Daí, inclusive, a finalidade terapêutica da medida, até com o fim de se prevenir eventuais consequências nefastas futuras.**

Assim, defere-se liberdade provisória ao increpado, mediante a observância das seguintes imposições: a) não se ausentar da Comarca e nem mudar de endereço sem prévia autorização do Juízo; b) recolhimento domiciliar noturno e nos períodos de folga, bem como nos fins de semana, evitando-se que se mantenha em contato social, quando fora de sua atividade laborativa/escolar; c) comparecimento mensal em juízo, que visa ao acompanhamento da vida do sujeito, durante o processo, constituindo medida positiva; d) fiança no valor de 10 salários mínimos (art. 325, II, do CPP); e e) suspensão da permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor (art. 294, caput, do CTB), até decisão judicial em sentido contrário; afinal, se não cumprir ou se apresentar conduta incompatível com as atividades esperadas de quem responde a processo-crime, pode ser preso preventivamente (arts. 282, §4º, 312, parágrafo único, e 350, todos do Código de Processo Penal).

Ante o exposto, concede-se, em parte, a ordem rogada, mediante observância das imposições acima.

Observa-se que o Tribunal *a quo* se utilizou de fundamentação concreta para substituir a prisão preventiva do recorrente por medidas cautelares diversas, considerando que *Malgrado sejam as condições favoráveis ao paciente, não se olvide que extremamente grave a conduta em foco, quer porque sujeito o agente a pena superior a quatro anos, quer porque vem provocando incessante desassossego à sociedade, quer porque cometida com violência contra a pessoa, em que, em primeira análise, o indigitado, embriagado, conduziu um veículo e ceifou a vida de duas vítimas.*

Nesse sentido, cumpre registrar que é pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que, para a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, exige-se, assim como na prisão preventiva, fundamentação específica que demonstre a necessidade da medida em relação ao caso concreto. Nesse sentido: HC 399.099/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe

# *Superior Tribunal de Justiça*

01/12/2017 e RHC 87.591/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 23/10/2017.

Tendo sido, portanto, devidamente justificadas as medidas cautelares pela Corte local, com base na gravidade concreta do delito apurado, inexistente ilegalidade a ser reparada.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator